JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.11.07 05:45:23 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 7 de novembro de 2023 • Nº 1677 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

POLÍTICA FISCAL

'Temos gordura monetária para queimar', diz Haddad

DIOGO ZACARIAS/MF

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), afirmou ontem que há condições para fazer a economia brasileira crescer e que há "muita gordura monetária para queimar." Haddad frisou que a taxa de juros ainda está em 12,25%. "Depois de um ano de trabalho, caiu 1,5 ponto percentual. Temos espaço para um juro civilizado no Brasil, desde que haja compromisso dos três poderes." "Estamos em um momento em que temos condições de fazer a economia crescer e temos muita gordura monetária ainda para queimar", afirmou Haddad, ao participar de evento promovido ontem em São Paulo pelo banco BTG Pactual. Segundo o ministro, as ações do governo têm reduzido a inflação, o que permite a queda da taxa de juros, abrindo mais espaço para o crescimento econômico. PÁGINA 2

CRÉDITO

Desenrola já renegociou R$ 2,1 bilhões em dívidas

Desde o lançamento da plataforma Desenrola, no dia 9 de outubro, o programa já renegociou R$ 2,1 bilhões em dívidas, fruto de mais de 1 milhão de débitos em aberto. Balanço do programa do governo federal divulgado pelo Ministério da Fazenda aponta que o pagamento dessas dívidas foi de R$ 262 milhões, o que significa a concessão de descontos de R$ 1,8 bilhão até o dia 2 de novembro. Pelo menos 590 mil pessoas aproveitaram a ação para renegociar os débitos, informou o governo. "O desempenho sinaliza a confiança e aceitação da plataforma Desenrola por parte dos usuários, que encontram nela uma solução eficaz para a gestão financeira. Os resultados refletem o potencial do programa de oferecer caminhos viáveis e sustentáveis para que a população brasileira volte a ter crédito", diz a nota da Fazenda. Portaria publicada em 27 de outubro trouxe as diretrizes para inclusão gradual de novas dívidas para a renegociação parcelada, com respaldo do Fundo de Garantia de Operações (FGO). PÁGINA 2

SENADO

Pacheco: meta de déficit zero é necessária

PÁGINA 3

MANIFESTO

Reforma tributária tem apoio de economistas

PÁGINA 3

TRABALHO

ERIVELTON VIANA/SEBRAE

Pequenos negócios respondem por 71% dos empregos criados de janeiro a setembro

Micro e pequenas empresas responderam por 1,1 milhão (ou 71%) do total de 1,5 milhão de novos empregos formais gerados entre janeiro e setembro de 2023 no Brasil. Os meses de agosto e setembro foram os que apresentaram saldo mais positivo, registrando respectivamente 219.330 e 211.764 novas contratações com carteira assinada. Na avaliação do presidente do Sebrae, Décio Lima (**foto**), esses números positivos refletem a retomada da prosperidade do país. "A geração de empregos garante que o Brasil se torne novamente o país da empregabilidade, permitindo que o brasileiro volte a consumir e gerar renda", disse ele ao ressaltar que a economia do país "se fortalece" com um PIB (soma dos bens e serviços produzidos no país) em expansão, com o superávit da balança comercial, e com a inflação controlada. PÁGINA 2

ENSINO SUPERIOR

BB e Caixa renegociam dívidas do Fies

PÁGINA 3

SEGURANÇA

Marinha faz fiscalização em portos do Rio e de SP

PÁGINA 3

APAGÃO EM SP

Tarcísio quer cobrar ressarcimento da Enel

PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,23% / 118.431,256 / 271,28 / Volume: R$ 18.467.418.235 / Negócios: 3.558.179

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	12.80	+12.87	+1.46
MARFRIG ON NM	7.32	+8.61	+0.58
MINERVA ON NM	8.05	+3.34	+0.26
ULTRAPAR ON NM	21.84	+2.34	+0.50
JBS ON NM	21.32	+2.25	+0.47

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	2.95	–9.23	–0.30
YDUQS PART ON NM	17.62	–8.85	–1.71
GOL PN N2	8.16	–7.06	–0.62
GRUPO SOMA ON NM	5.540	–5.78	–0.340
AZUL PN N2	13.39	–5.70	–0.81

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	71.50	+0.42	+0.30
PETROBRAS PN N2	35.51	–0.08	–0.03
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	28.19	+0.93	+0.26
BRF SA ON NM	12.80	+12.87	+1.46
PETROBRAS ON N2	38.50	–0.26	–0.10

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.095,86	+0,10
NASDAQ Composite	13.518,779	+0,30
CAC 40	7.013,73	-0,48
FTSE 100	7.417,76	+0,00
DAX	15.135,97	-0,35
Ftse Mib	28.621,94	-0,18

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/11)	12,25%
Poupança 3 (06/11)	0,5521%
TR (06/11)	0,0518%
IGP-M	0,50% (out.)
IPCA-15	0,21% (out.)
CDI (01/11)	12,15%
OURO BM&F/grama	R$ 312,27
EURO Comercial	Compra: 5,2401 Venda: 5,2407
EURO turismo	Compra: 5,2949 Venda: 5,4749
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,8999 +0,18%
DÓLAR comercial	Compra: 4,8867 Venda: 4,8873
DÓLAR turismo	Compra: 4,9065 Venda: 5,0865

Economia

MERCADOS

Ibovespa inicia semana em leve alta de 0,23%, aos 118,4 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL E ANTONIO PEREZ/AE

O Ibovespa operou em leve viés de alta em boa parte do dia, mas a virada em Nova York do meio para o fim da tarde, ao negativo, chegou a tirar sustentação do índice da B3. Ao fim, com recuperação também em NY, fechou ontem em alta de 0,23%, aos 118 431,25 pontos, o quarto avanço consecutivo para o Ibovespa, vindo de alta de 2,70% na última sexta-feira.

Ao longo da sessão, o índice da B3 operou em margem bem estreita, de cerca de 713 pontos entre a mínima (118.044,82) e a máxima (118.757,52) do dia, em que saiu de abertura aos 118.159,97 pontos. Nessas primeiras sessões do mês acumula ganho de 4,67% em novembro, que recoloca o avanço do ano a 7,93%. Após melhora na última sexta-feira, o giro financeiro voltou a se enfraquecer neste começo de semana, a R$ 18,5 bilhões.

"O Ibovespa teve um dia mais manso, de leve movimento de abertura na curva de juros doméstica, especialmente nos vértices intermediários e mais longos, mas sem 'driver' específico. Foi um dia pouco direcional para os ativos", diz Lucas Serra, analista da Toro Investimentos.

O ganho moderado da ação de maior peso individual no índice, Vale (ON 0,42%), contribuiu para que o Ibovespa não se aprofundasse na mesma direção de Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq nos piores momentos da tarde, em dia positivo também para Gerdau (PN 1,18%), que divulgaria balanço trimestral após o fechamento de ontem.

Ainda que em grau moderado, a sessão era majoritariamente negativa para os grandes bancos, à exceção de Itaú (PN 0,93%), antes do balanço trimestral, e de Banco do Brasil (ON 0,70%), mas Bradesco ON (0,23%) e Santander (Unit 0,22%) também se alinharam ao positivo no fechamento. Petrobras perdeu força ao longo da tarde e fechou em baixa de 0,26% (ON) e de 0,08% (PN), com o petróleo limitando à faixa de meio por cento ganho na casa de 1% visto mais cedo, em Londres como em Nova York.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque nesta abertura de semana para BRF (12,87%), Marfrig (8,61%) e Minerva (3,34%), com CVC (-9,23%), Yduqs (-8,85%) e Gol (-7,06%) no lado oposto.

"O Ibovespa ficou neutro, bem perto do zero a zero, em parte do dia. A puxada nos rendimentos dos Treasuries fez os índices de ações em Nova York devolverem ganhos em certo momento, afetando o Ibovespa também. Nada para alarde: o que se tem é algo como uma pausa no movimento visto na semana passada, principalmente aqui no Brasil, onde o Ibovespa subiu bem forte na sexta-feira, em alta então de 2,7%", diz Gabriel Mota, assessor de renda variável da Manchester Investimentos, acrescentando que Petrobras, mais cedo, e especialmente Vale contribuíram para dar sustentação ao índice da B3, mesmo com a piora em Nova York em parte da tarde.

"Após uma disparada na semana passada, tivemos agora um início de semana fraco e sem direção única, com Nova York encontrando dificuldade para estender o movimento de recuperação, mesmo com a expectativa de que o Federal Reserve, o BC americano, encerre o ciclo de aperto monetário, após recentes dados no sentido de enfraquecimento da economia dos Estados Unidos – principalmente a geração da vagas de trabalho, bem abaixo do esperado para outubro", diz Dennis Esteves, sócio e especialista da Blue3 Investimentos.

DÓLAR

Em pregão morno e de liquidez moderada, o dólar à vista fechou em baixa de 0,17%, cotado a R$ 4,8879. Pela manhã, a divisa até ensaiou uma alta, registrando máxima a R$ 4,9117, em movimento aparente de realização de lucros tendo o quadro fiscal como pano de fundo. Mas logo a febre compradora amainou. Na mínima, à tarde, a moeda desceu até 4,8849.

Segundo operadores, após o tombo de 1,54% do dólar na sexta-feira, na esteira de apostas em fim do aperto monetário nos Estados Unidos, investidores optaram ontem apenas por realizar ajustes finos de posições. Resultado de transações correntes de setembro, com déficit abaixo do esperado, mostra que a dinâmica das contas externas não autoriza apostas em uma depreciação do real.

Apesar da oscilação contida, o real foi, ao lado do peso colombiano, a única moeda entre as divisas emergentes e de exportadores de commodities a ganhar força em relação ao dólar. Analistas citam os saldos comerciais expressivos e a perspectiva de manutenção de diferencial de juros elevados, uma vez que o Banco Central deu sinais na semana passada de que não vai acelerar o ritmo de corte da Selic, como pontos que dão sustentação à moeda brasileira.

Lá fora, o índice DXY – que mede o desempenho do dólar frente a seis divisas fortes – apresentou leve alta, voltando a superar o nível dos 105.000 pontos, com ganhos mais forte da moeda americana em relação ao iene. As taxas dos Treasuries, que haviam recuado na sexta-feira com dados abaixo do esperado do relatório de emprego (payroll) em outubro, voltaram a subir ontem. A taxa da T-note de 10 anos avançou mais de 2%, para a casa de 4,66%, ainda bem longe dos picos de outubro, quando chegou a tocar 5%.

"O dólar oscilou pouco ao longo do dia, fechando em ligeira queda. A perspectiva de que o Federal Reserve não vai subir mais os juros, que ganhou força na semana passada, continua a se refletir de forma positiva no mercado local. Apesar de o BC estar reduzindo a Selic, nossa taxa ainda é atrativa para os investidores", afirma a economista Cristiane Quartaroli, do Banco Ourinvest, para quem a cautela em torno do cenário fiscal doméstico, com dúvidas sobre manutenção da meta de déficit zero em 2024, impede uma "melhora mais expressiva" do real.

POLÍTICA FISCAL

'Temos gordura monetária para queimar', diz Haddad

DA REDAÇÃO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que há condições para fazer a economia brasileira crescer e que há "muita gordura monetária para queimar." Haddad frisou que a taxa de juros ainda está em 12,25%. "Depois de um ano de trabalho, caiu 1,5 ponto percentual. Temos espaço para um juro civilizado no Brasil, desde que haja compromisso dos três poderes."

"Estamos em um momento em que temos condições de fazer a economia crescer e temos muita gordura monetária ainda para queimar", afirmou Haddad, ao participar de evento promovido ontem em São Paulo pelo banco BTG Pactual.

Segundo o ministro, as ações do governo têm reduzido a inflação, o que permite a queda da taxa de juros, abrindo mais espaço para o crescimento econômico. "A inflação não está sendo baixada na marra, artificialmente. Está sendo feito um trabalho para que isso aconteça, já em um ciclo de cortes da taxa de juros, que, na minha opinião, vai continuar, porque vamos continuar trabalhando em parceria para continuar esse ciclo de cortes", acrescentou.

O ministro pontuou que o desafio de curto prazo no Brasil, que requer cuidados, é recolocar na ordem do dia o compromisso de arrumar a casa. Haddad ressaltou, na sequência, que a meta de resultado fiscal não é da cabeça do ministro da Fazenda ou do desejo do presidente da República, mas sim um trabalho em parceria entre os poderes. O Judiciário, o Legislativo e o Executivo, emendou, precisam entender a repercussão de suas decisões.

Ao comentar o potencial de crescimento da economia brasileira, Haddad citou que, ao contrário da maioria dos países em desenvolvimento, a exemplo das nações africanas e sul-americanas, que estão muito endividadas, o país tem reservas suficientes para blindar a economia de turbulências internacionais. "Isso desde a crise de 2008", disse.

O ministro afirmou ainda que é essencial desonerar 100% as exportações brasileiras e citou o potencial do país no chamado mercado "verde". "O Brasil está em um momento interessante, visto como um dos países de matriz energética mais limpa do mundo", pontuou Haddad, argumentando que há mercado para o país se colocar como um grande exportador de energia limpa ou de produtos verdes.

TRABALHO

Pequenos negócios respondem por 71% dos empregos criados

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Micro e pequenas empresas responderam por 1,1 milhão (ou 71%) do total de 1,5 milhão de novos empregos formais gerados entre janeiro e setembro de 2023 no Brasil. Os meses de agosto e setembro foram os que apresentaram saldo mais positivo, registrando respectivamente 219.330 e 211.764 novas contratações com carteira assinada.

Os números constam de relatório divulgado ontem pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base nos dados ajustados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Segundo o Sebrae, das mais de 211 mil vagas geradas no mês de setembro, 147.173 foram em micro e pequenas empresas (69,5% do total). Das cerca de 219 mil vagas celetistas geradas em agosto, 160.899 foram pequenos negócios – o que corresponde a 73,17% do total de postos criados no mês.

Empresas de médio e grande porte geraram, no acumulado do ano, 307,9 mil novas vagas – número que corresponde a 19,2% dos cerca de 1,5 milhão novos empregos gerados entre janeiro e setembro de 2023.

Na avaliação do presidente do Sebrae, Décio Lima, esses números positivos refletem a retomada da prosperidade do país. "A geração de empregos garante que o Brasil se torne novamente o país da empregabilidade, permitindo que o brasileiro volte a consumir e gerar renda", disse ele ao ressaltar que a economia do país "se fortalece" com um PIB (soma dos bens e serviços produzidos no país) em expansão, com o superávit da balança comercial, e com a inflação controlada.

Segundo o Sebrae, o setor de serviços foi o que mais contribuiu, em setembro, para a criação de postos de trabalho. "Considerando o universo das micro e pequenas empresas, foram 68,4 mil vagas preenchidas. Em segundo lugar aparece o comércio com 37,3 mil vagas, seguido pela construção com 19,8 mil empregos gerados."

"No acumulado de 2023, o cenário continua o mesmo com as micro e pequenas empresas liderando em termos de criação de vagas, com destaque nos setores de serviços (590,6 mil), construção (218 mil) e comércio (162 mil)", detalha o levantamento.

Entre as empresas de médio e grande porte, o destaque em setembro ficou com os setores de serviços (26,5 mil), indústria da transformação (24,4 mil) e comércio (6 mil). No acumulado do ano, o destaque ficou com serviços (177,6 mil), indústria da transformação (90 mil) e construção (26 mil).

De acordo com a Classificação Nacional por Atividades Econômicas (CNAE), as atividades que mais geraram empregos formais em setembro – entre micro e pequenas empresas – foram as de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (11 mil empregos gerados); e de construção de edifícios (6,6 mil empregos).

Entre as empresas de médio e grande porte, as atividades que mais se destacaram foram as de fabricação de açúcar em bruto (16,7 mil empregos gerados), locação de mão de obra temporária (5,3 mil) e limpeza em prédios e em domicílios (2,9 mil).

CRÉDITO

Desenrola já renegociou R$ 2,1 bilhões em dívidas

FERNANDA TRISOTTO/AE

Desde o lançamento da plataforma Desenrola, no dia 9 de outubro, o programa já renegociou R$ 2,1 bilhões em dívidas, fruto de mais de 1 milhão de débitos em aberto. Balanço do programa do governo federal divulgado pelo Ministério da Fazenda aponta que o pagamento dessas dívidas foi de R$ 262 milhões, o que significa a concessão de descontos de R$ 1,8 bilhão até o dia 2 de novembro. Pelo menos 590 mil pessoas aproveitaram a ação para renegociar os débitos, informou o governo.

"O desempenho sinaliza a confiança e aceitação da plataforma Desenrola por parte dos usuários, que encontram nela uma solução eficaz para a gestão financeira. Além disso, esses resultados refletem o potencial do programa de oferecer caminhos viáveis e sustentáveis para que a população brasileira volte a ter crédito", diz a nota da Fazenda.

Uma portaria publicada em 27 de outubro trouxe as diretrizes para inclusão gradual de novas dívidas para a renegociação parcelada, com respaldo do Fundo de Garantia de Operações (FGO), no âmbito do Desenrola.

Com essas regras, a cada 20 dias as operadoras devem atualizar as dívidas que estão elegíveis para negociação. Dessa forma, as ofertas se somam às que já existem e podem participar do processo de leilão entre os credores. Segundo a Fazenda, são mais de 15 milhões de débitos que estavam na plataforma para pagamento à vista e que agora podem ser parcelados.

Na abertura da plataforma, os débitos de até R$ 5 mil com os maiores descontos poderiam ser pagos em até 60 meses. Agora, abriu-se a possibilidade para as dívidas com o valor atualizado em até R$ 5 mil serem parceladas.

As renegociações por meio da plataforma do Desenrola incluem dívidas bancárias (como cartão de crédito) e contas atrasadas de outros setores (eletricidade, água e saneamento e comércio). A pessoa com débito pode escolher a instituição financeira com quem renegociará o pagamento, que pode ser feito à vista ou financiado em até 60 meses. A taxa de juros é de até 1,99% ao mês. Após a renegociação e o pagamento perante os credores, a pessoa deixa de ter anotação negativa junto aos birôs de crédito em até cinco dias.

Essa fase do programa vai até o dia 31 de dezembro deste ano e são elegíveis as dívidas negativadas entre 2019 e 2022. Na etapa anterior do Desenrola foram renegociados R$ 20,5 bilhões com as instituições financeiras entre julho e outubro, num total de 2,8 milhões de contratos que beneficiaram 2,2 milhões de clientes. Também foram desnegativados 10 milhões de registros de clientes que tinham dívidas bancárias de até R$ 100.

PREVISÕES

Setor não financeiro terá pesquisa do BC

EDUARDO RODRIGUES/AE

Após críticas de parlamentares de que o Banco Central (BC) "só dá ouvido" ao mercado financeiro, a instituição cumpriu a promessa de seu presidente, Roberto Campos Neto, e iniciou ontem a primeira pesquisa também com empresas da economia real sobre previsões para a economia.

O questionário é diferente do Boletim Focus, respondido semanalmente pelos economistas do mercado financeiro. No caso das empresas, a pesquisa piloto coletará informações e percepções dos executivos em duas partes. A primeira contém perguntas sobre as condições atuais econômicas e do negócio da empresa. Na segunda parte, há questões sobre a evolução esperada para a economia e para os negócios.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 29º 15º 5% 05:15 18:24 **PRIMAVERA:** Dia de sol com nuvens. Noite com poucas nuvens.

SENADO

Meta de déficit zero deve ser buscada, diz Pacheco

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que a meta de déficit zero "deve ser continuamente buscada" pelo governo federal, mesmo que não seja atingida no futuro. A declaração se deu em meio às discussões no governo federal sobre revisar, ou não, a meta fiscal para o ano que vem.

"Meta deve ser continuamente perseguida e buscada. Se lá na frente ela não for alcançada, é outra coisa. Mas não podemos deixar de ter a tônica do encaminhamento do combate ao déficit público", disse Pacheco em evento promovido pelo BTG Pactual.

Pacheco elogiou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que, segundo ele, faz um "bom trabalho" à frente da equipe econômica. O presidente do Senado afirmou, ainda, que é preciso haver "muita cautela com os pronunciamentos de todos sobre economia" para evitar reações negativas do mercado financeiro.

O presidente do Senado evitou comentar sobre o mérito da medida provisória da subvenção do ICMS, apoiada pelo ministro Haddad, mas argumentou que o Congresso apoia a agenda da equipe econômica.

"O que estabeleço como tese é que, em matéria econômica, no momento em que temos grandes desafios para resolver a economia do Brasil e buscar uma arrecadação que seja sustentável, precisamos e devemos confiar na equipe econômica, que deve fazer esse direcionamento. Obviamente, sem deixar de exercer nosso papel de aprimorar e de buscar dar sugestões aos textos, mas a minha tendência é de sempre corroborar aquilo que a equipe econômica estabelece como diretriz para o Brasil nessa área", defendeu.

Questionado sobre a relação do Senado com o governo nas últimas semanas, diante de resultados negativos para o Palácio do Planalto em algumas votações, Pacheco disse que "não há nenhum tipo de sinalização ou de retaliação que pudesse ser feita ao governo federal".

"Não seríamos irresponsáveis de mandar recado para o governo sacrificando uma indicação que fosse legitimamente posta e que devesse ser aceita pelo Senado. Não há essa hipótese. Não há nenhum tipo de crise. Há pontos de vista que devem ser afirmados pelo Legislativo. Nosso papel é esse, não é de concordar com o Poder Executivo", completou.

MANIFESTO

Reforma tributária ganha apoio de economistas e empresários

Setenta economistas e empresários assinaram um manifesto em apoio à aprovação da reforma tributária, que chega a uma semana decisiva no Senado Federal. O texto endossa a atual proposta apresentada pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM), que deve ser analisada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Entre os signatários do artigo estão ex-presidentes do Banco Central, como Affonso Celso Pastore, Arminio Fraga e Gustavo Loyola; ex-ministros da Fazenda, como Maílson da Nóbrega, Henrique Meirelles e Guido Mantega; economistas idealizadores do Plano Real, como Edmar Bacha e Persio Arida; secretários e ex-secretários de Fazenda, como Cristiane Alkmin Junqueira e Helcio Tokeshi; e empresários, como Jorge Gerdau e Pedro Passos.

"A reforma tributária em discussão no Senado é a mudança de que precisamos para construir um sistema tributário que impulsione o desenvolvimento econômico e social no Brasil", diz o texto. "O relatório apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) à Comissão de Constituição e Justiça mantém os principais pilares da reforma."

O texto pontua, no entanto, que no relatório de Braga "promove a ampliação da já elevada quantidade de regimes específicos e favorecidos aprovada pela Câmara, distanciando a reforma tributária dos melhores modelos praticados no mundo".

"Reconhecemos que concessões são necessárias para viabilizar politicamente a aprovação da reforma, mas advertimos que, sob a perspectiva técnica, o limite razoável já foi atingido ou mesmo superado", diz o manifesto.

Mesmo assim, os signatários recomendam a aprovação da proposta para aumentar o crescimento do País. "Os senadores e senadoras têm a responsabilidade de zelar por um modelo capaz de aumentar a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais."

ENSINO SUPERIOR

Banco do Brasil e Caixa começam renegociações de dívidas do Fies

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (BB) começam hoje a renegociar as dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os débitos em atraso poderão ter até 100% de desconto em juros e multas e, no caso de liquidação integral do contrato, o desconto chega a 99% do valor consolidado da dívida.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que autoriza as renegociações. Ontem, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que a preocupação do presidente é dar celeridade aos procedimentos.

"São mais de 1 milhão e 240 mil pessoas no Brasil que terão direito e o presidente tem chamado de Desenrola da Educação. Significa R$ 54 bilhões de dívidas desses brasileiros e brasileiras que muitas vezes estão com seu nome comprometido no Serasa, e que terão oportunidade de renegociar suas dívidas. Inclusive, com condições muito favoráveis, podendo chegar até 99% do principal e 100% dos juros e multa, ou seja, a pessoa pode pagar 1% da dívida dependendo da condição que ela esteja", disse.

Segundo Camilo Santana, na última sexta-feira o comitê gestor do Fies esteve reunido e aprovou resolução com as condições para as renegociações. A lei criou condições mais favoráveis de amortização para estudantes com contratos do Fies celebrados até o fim de 2017 e com débitos vencidos e não pagos em 30 de junho de 2023. O ministro da Educação afirmou ainda que, mesmo quem está com as contas em dia com o Fies terá algumas vantagens para pagamento da dívida principal.

Camilo Santana reafirmou ainda que o governo estuda mudanças no programa. Segundo ele, o Fies "se burocratizou demais" e precisa deixar de ser um programa econômico, para ser um programa social.

"É uma coisa que estamos reavaliando para o novo Fies. É saber quem não paga porque não quer e quem não paga porque não tem dinheiro, não tem condições de pagar. Fazer essa diferenciação é necessário para que a gente possa melhorar o controle do programa, que consideramos importante para dar acesso àqueles que querem fazer um curso superior", disse.

SEGURANÇA

Marinha reforça fiscalização em portos do Rio e de SP

MARCIO DOLZAN
E GIOVANNA CASTRO/AE

Dois veículos blindados da Marinha foram posicionados na manhã de ontem no acesso ao porto do Rio. Na Baía de Guanabara, lanchas e navios-patrulha foram vistos circulando no primeiro dia de funcionamento da operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos do Rio e de São Paulo. Nos terminais aéreos, a movimentação foi normal pela manhã, sem mobilização visível de tropas.

Segundo o capitão de Fragata Rodrigo Fernandes, porta-voz da operação, o foco da força está na "quebra do fluxo logístico" das organizações criminosas, seja por meio de ações preventivas, seja de forma repressiva.

"A Marinha do Brasil está desde às 6h da manhã com seus meios, militares e tropas posicionadas nos portos definidos no decreto de GLO – porto do Rio de Janeiro, porto de Santos e porto de Itaguaí –, e também com seus meios na água já realizando o patrulhamento na Baía de Guanabara, Baía de Sepetiba, acesso marítimo ao porto de Santos, e também no lago de Itaipu", disse.

O capitão explicou que, com o decreto, as atribuições da Marinha se ampliam; a força já faz tradicionalmente o controle dos mares e a abordagem preventiva de embarcações, mas agora a ação terá um efetivo maior e poderá atuar também nos portos.

"Isso está sendo intensificado, com a concentração de meios e de pessoal, mais especificamente na área dos portos. É uma área que não é atribuição da Marinha, mas que agora estaremos operando, sempre que possível em coordenação e articulados com os órgãos de segurança pública e agências, além de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal", afirmou Fernandes.

Para a operação, a Marinha disponibilizou 1.900 militares, além de cerca de 120 veículos, entre blindados, navios-patrulhas e lanchas. Cães farejadores também participam da GLO.

No Rio, o aeroporto do Galeão teve movimentação normal na primeira manhã com o decreto em vigor. Nenhuma movimentação de militares da Aeronáutica foi percebida nos terminais de passageiros ou de carga.

A movimentação no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, também estava normal na manhã de ontem. A reportagem não encontrou sinais de tropas militares do Exército e Aeronáutica nas áreas externas e nos saguões do aeroporto.

O decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) estabelece que, durante o período de vigência, os militares têm "poder de polícia" nesses locais, podendo revistar pessoas, efetuar prisões e inspecionar quaisquer áreas.

Desde o mês passado, o Rio vive uma nova crise na segurança pública, acentuada após a morte do miliciano Matheus da Silva Resende, conhecido pelos apelidos de Faustão e Teteu, durante confronto com a polícia. Em retaliação, criminosos queimaram pelo menos 35 ônibus na zona oeste cidade.

Além da GLO, o governo reforçou a atuação das Forças Armadas na faixa de fronteira, principalmente nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que funcionam como rotas para escoamento de drogas. Considerando a GLO e o reforço da presença das Forças Armadas nesses locais, serão utilizados 3.700 agentes nas operações.

APAGÃO

Tarcísio quer cobrar da Enel ressarcimento para prejudicados

ÍTALO LO RE/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem que o estado "não está preparado" para lidar com eventos climáticos extremos. Um forte temporal atingiu a capital e região metropolitana na sexta-feira, derrubando dezenas de árvores e interrompendo o fornecimento de energia para milhões de pessoas. Ontem, ao menos 500 mil pessoas ainda estavam sem luz.

"São Paulo acabou sofrendo com os efeitos da chuva. Isso mostra para a gente que a cidade não está preparada, que o estado como um todo não está preparado para esses eventos climáticos extremos", disse Tarcísio. Ele mencionou ainda a intenção de que as pessoas afetadas sejam ressarcidas por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a concessionária.

"A gente tem que chamar essas empresas para pensar o seguinte: que medidas nós vamos tomar de curto e médio prazo?", disse. O governador citou que algumas localidades estão completando hoje 72 horas sem energia.

Segundo o governador, além de entender o que será feito nas próximas horas, a ideia é sugerir o TAC para que a concessionária faça o ressarcimento de moradores e comerciantes afetados pelo apagão.

Cerca de 4 milhões de endereços chegaram a ser impactados no estado, segundo o governador. Ele citou que várias pessoas tiveram perda de mercadorias e viram alimentos estragar, entre outros prejuízos.

"Vamos propor um TAC para que a gente possa facilitar a vida desse cidadão, porque não seria razoável que esse cidadão entre num caminho ordinário de atendimento e acabe não tendo resposta", disse o governador.

Outro ponto é pensar medidas para o eventos futuros. "A gente tem que entender que isso vai ser cada vez mais recorrente. O que aconteceu na sexta-feira foi extraordinário, mas vai ser comum a partir de agora", disse o governador. Os ventos chegaram a superar 100 km/h.

Entre as possibilidades, ele levantou a ideia de fazer novos mapeamentos de árvores na capital paulista e pensar possibilidades de investimento. "A gente não pode ter outra tempestade dessas, ter outra pancada de vento, cair um monte de árvores de novo e ficar um monte de consumidor sem energia. Chegamos a ter 4 milhões de unidades sem energia, e algumas estão indo para 72 horas sem."

Em nota, a Enel Distribuição São Paulo informa que restabeleceu a energia para mais de 76% dos clientes que tiveram o fornecimento impactado após o vendaval da última sexta-feira. Até o momento, cerca de 1,6 milhão de clientes tiveram o serviço normalizado, de um total de cerca 2,1 milhões afetados na última sexta-feira.

"O vendaval que atingiu a área de concessão no dia 3 de novembro foi o mais forte dos últimos anos e provocou danos severos na rede de distribuição. Técnicos da companhia seguem trabalhando 24 horas por dia para agilizar os atendimentos e restabelecer o serviço para a grande maioria dos clientes até a próxima terça-feira (hoje), conforme anunciado em reunião com o prefeito de São Paulo na tarde de ontem (domingo)", diz outro trecho do comunicado.

Nota

GOVERNO PAULISTA LANÇA BOLSAS PARA INTERCÂMBIO EM CINCO PAÍSES

O governo de São Paulo lançou ontem um programa para conceder mil bolsas de intercâmbio gratuitas para alunos do ensino médio da rede pública. Os destinos serão colégios em cinco países: Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e Inglaterra. A experiência, prevista para ocorrer a partir de 2025, terá duração de um semestre. Um ano antes, a iniciativa planeja oferecer cursos online de inglês para 70 mil estudantes, em uma espécie de pré-seleção para o intercâmbio. O evento de lançamento do programa Prontos Pro Mundo ocorreu ontem em cerimônia com dezenas de alunos da rede pública no Palácio dos Bandeirantes. "É só o começo. A partir do momento em que essa experiência for pegando corpo, a gente quer mandar ainda mais gente para o exterior", afirmou o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 44ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 44ª (Quadragésima Quarta) Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, ("Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a **H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n. 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), a **MS AVIVAH RESIDENCE CLUB EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na Alameda Bela Aliança n.º 250, sala 8, Jardim América, CEP 89.160-172, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.437.255/0001-63 ("Ms Avivah"), **MS SMART PORTO BELO EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na Alameda Bela Aliança n.º 250, Jardim América, CEP 89.160-172, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.730.341/0001-22 ("Ms Porto Belo"), além dos Titulares dos CRI, a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 11.10.1 do Termo de Securitização da Emissão, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 e 29 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **27 de novembro de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, nos termos da cláusula 14.1.1. do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A substituição do imóvel da Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, dado garantia, em favor da Securitizadora, objeto da matrícula 34.809 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis e Outras Avenças, celebrado em 26 de abril de 2023, entre a MS Itajubá Empreendimentos Ltda., MS Avivah Residence Club Empreendimentos Ltda., MS Smart Porto Belo Empreendimentos Ltda. e a Securitizadora ("Contrato de Alienação Fiduciária Barra Velha"), pelo imóvel objeto da matrícula 66.106 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina ("Imóvel Balneário de Piçarras"); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, autorização para a contratação do escritório Franco Leutewiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), para aditamento dos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) e auditoria jurídica do Imóvel Balneário de Piçarras, no valor máximo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser pago diretamente pelo Patrimônio Separado; (iii) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fiduciário, a MS Avivah, a MS Porto Belo e as demais partes relacionadas a Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails fiduciario@commcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto **"Documentos para AGT – CRI MELCHIORETTO"**, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 do Termo de Securitização, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 06 de novembro de 2023.

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização e de Distribuição

PRIMAVERA: Dia de sol com nuvens. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 29º 19º 5% 05:05 18:10

TRABALHO

Estado registra número recorde de abertura de empresas em outubro

Pelo terceiro mês consecutivo, o Rio de Janeiro registrou recorde histórico de abertura de empresas. A Junta Comercial do Estado (Jucerja) computou, em outubro, a abertura de 6.222 novos negócios em território fluminense – o melhor número de todos os meses de outubro nos 215 anos da autarquia, repetindo os feitos de agosto e setembro. Agora, o total de novas empresas abertas em 2023 chegou a 60.956.

"A média de 6 mil empresas abertas a cada mês, em nosso estado, é resultado do esforço que temos empreendido na simplificação de processos, para dar mais agilidade à máquina pública e tornar o ambiente de negócios cada vez mais dinâmico e atraente para os empreendedores", comentou o governador Cláudio Castro.

Do número total de empresas abertas em outubro, 5.642 são referentes a constituições. Também estão computadas 490 aberturas de filiais e 90 inscrições de transferências. Este é o quarto recorde registrado pela Junta Comercial do Estado do Rio em 2023. Os anteriores aconteceram em março (6.709), agosto (7.240) e setembro (5.956).

"A nossa estimativa é ultrapassar a marca total de 2021, a melhor de todos os tempos: 72.894 empresas abertas. Seria um recorde histórico não só para a Jucerja como para o Estado do Rio de Janeiro. Para isso, não temos medido esforços durante todo o ano para desburocratizar e agilizar nossos processos, tornando mais fácil a vida de quem deseja empreender no estado", afirmou o presidente da Jucerja, Sérgio Romay.

Nota

POLÍCIA INVESTIGA FOTOMONTAGENS COM NUDES FALSOS EM COLÉGIO DA ZONA OESTE DO RIO

Mais de 20 alunas do Colégio Santo Agostinho, na Barra da Tijuca, foram vítimas de produção de fotomontagens nas quais, devido à alteração nas imagens, elas aparecem nuas. "É o assunto que se só se fala nisso, no recreio você anda só escutando sobre isso, você sai da escola tem grupos falando sobre isso. Eles nunca vão saber o trauma que causaram", disse uma aluna. Segundo pais das vítimas, estudantes do colégio teriam usado um aplicativo para produzir imagens falsas de colegas e de outras meninas. A partir de uma foto da pessoa vestida, a ferramenta analisa suas características e substitui a imagem por um corpo semelhante, só que nu.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2023

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 51/2023 no dia 21/11/2023 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (NITROFURANTOÍNA 100 MG CÁPSULA, NORFLOXACINO 400 MG COMPRIMIDO, OXACILINA SÓDICA 500 MG INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA, BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA, PERMETRINA 10 MG /ML LOÇÃO OU EMULSÃO, FRASCO 60 ML e etc) Processo nº. 33409.004616/2023-11. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2023

A Pregoeira Débora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 96/2023 no dia 22/11/2023 às 10h00min. - Objeto: **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço Continuado de Lavanderia Externa com locação de Enxoval e Apoio na Operacionalização da Rouparia Hospitalar, com alocação de mão de obra em dedicação exclusiva nas dependências do INC** (Prestação de serviço continuado de lavagem e locação do enxoval hospitalar, com rastreamento das peças, para atender as demandas desta Instituição / Apoio na Operacionalização da Rouparia, com mão de obra em dedicação exclusiva e alocada nas dependências do INC), Processo nº. 33409.003094/2022-59. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

ZI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 03.772.677/0001-36 - NIRE 33.300.265.066

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2023: 1. Data, Hora e Local: Em 23 de maio de 2023, às 12hs, na sede social da Companhia. **2. Presença e Convocação:** Convocação dispensada, em face da presença da totalidade dos acionistas, conforme lista de presença anexa. Presentes os Diretores da Companhia abaixo designados; e Mário Vieira Lopes, representante da BKR – Lopes Machado Auditores, auditor independente da Companhia. **3. Mesa:** Genilson Silva Melo, Presidente; Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro, Secretária. **4. Ordem do Dia:** Por unanimidade, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: **a)** Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicadas Jornal Monitor Mercantil em 27 de abril de 2023. **b)** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 94.476.700,45, sendo: (i) 5%, equivalente a R$ 4.723.835,02, para a reserva legal; (ii) R$ 27.016.438,92 como dividendos, já integralmente pagos durante o exercício social de 2022; e (iii) o saldo do lucro líquido, no montante de R$ 62.736.426,51, será destinado à reserva para investimento para financiar a expansão das atividades da Companhia. **c)** Reeleger, na forma estatutária, como Diretores sem designação específica, para o mandato de 3 (três) anos, ou seja, até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 2025, o Sr. **João Pedro Backheuser**, brasileiro, convivente em união estável, arquiteto, RG nº 08662734-6, expedida pelo IFP/RJ, CPF/MF nº 013.911.927-29, o Sr. **Genilson Silva Melo**, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, RG nº 98.254.089, expedida pelo IFP/RJ, CPF/MF nº 077.794.337-90, e a Sra. **Silvia Côrtes de Lacerda Ribeiro**, brasileira, casada, advogada, OAB/RJ n.º 117.009 e CPF/MF n.º 082.687.437-19, todos com endereço na Rua Lauro Muller, 116, sala 2202, Botafogo, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 22.290-160, os quais, presentes à assembleia, declaram para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos por lei especial de exercerem a administração da companhia e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomam posse de seus cargos no mesmo ato, mediante assinatura de termos de posse, lavrado em livro próprio e arquivados na sede da Companhia. **d)** Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R$ 2.000.000,00, cuja distribuição interna será realizada pela Diretoria, em atenção aos critérios fixados no caput do artigo 152 da Lei n.° 6.404/76. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. **6. Assinaturas**: Presidente: Genilson Silva Melo; Secretária: Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro. Acionistas: João Pedro Backheuser, Anna Maria Lessa Backheuser, Ricardo Pernambuco Backheuser Junior e Eduardo Backheuser. Diretores Presentes: João Pedro Backheuser, Genilson Silva Melo e Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro. Mário Vieira Lopes, representante da BKR – Lopes Machado Auditores, auditor independente da Companhia. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2023. Jucerja nº 5531042 em 16/06/2023.

GUERRA

Egito reabre passagem para Gaza

A passagem de Rafah, por onde estrangeiros em Gaza estavam deixando o enclave palestino, foi reaberta ontem pelo Egito, após dois dias fechada. O embaixador do Brasil em Ramallah, Alessandro Candeas, confirmou a informação e disse que o grupo de 34 brasileiros e familiares continua aguardando autorização para cruzar a fronteira.

Havia a expectativa de que os brasileiros seriam autorizados a sair até amanhã, mas com o fechamento da fronteira no último sábado, os planos podem mudar. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, está à frente dos contatos diplomáticos para que Israel autorize a passagem do grupo que está em Gaza.

Na última lista de autorização, a quarta do total, divulgada no sábado, havia 386 cidadãos dos Estados Unidos, 112 do Reino Unido, 51 da França e 50 da Alemanha.

De acordo com a CNN americana, autoridades dos EUA trabalharam para que a passagem seja reaberta. O Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas, havia pedido para que ao menos as ambulâncias com civis e os caminhões com ajuda humanitária pudessem cruzá-la.

Desde a última quarta-feira, mais de 1.100 pessoas com passaportes estrangeiros e gravemente feridas deixaram Gaza pela fronteira com o Egito. No entanto, o Egito suspendeu as saídas após Israel bombardear um comboio de ambulâncias no sábado, matando 15 e deixando 60 feridos. O Exército israelense admitiu o ataque, mas alegou que os veículos eram utilizados por terroristas do Hamas.

No domingo, aviões israelenses atacaram o campo de refugiados de Maghazi, no centro da Faixa de Gaza. Autoridades locais disseram que 47 pessoas morreram. O novo bombardeio ocorreu diante do apelo de alguns países, inclusive dos EUA, para uma pausa humanitária no território.

Ontem, o Escritório para Assuntos Humanitários da Organização das Nações Unidas (Ocha) informou que painéis solares de edifícios na Faixa de Gaza, especialmente na cidade de Gaza, no norte do enclave palestino, foram destruídos durante bombardeios da força aérea israelense. Com a eletricidade totalmente cortada desde o dia 7 de outubro, os painéis solares são uma das únicas fontes de energia, uma vez que a entrada de combustível em Gaza é proibida por Israel.

Blinken debate propagação do conflito com chanceler turco

MATHEUS ANDRADE/AE

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, se reuniu ontem com o ministro das Relações Exteriores da Turquia, Hakan Fidan, ocasião em que conversaram sobre a prevenção da propagação do conflito Israel-Hamas e a necessidade de proteger os civis e aumentar a assistência humanitária.

Em seu perfil em uma rede social, o chanceler norte-americano disse que ambos discutiram também a adesão da Suécia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a importância da parceria na resposta aos desafios globais.

Em visita ao Oriente Médio, que começou por Israel, Blinken vem se reunindo com uma série de autoridades com foco na prevenção da propagação do conflito e na proteção de civis. Além da Turquia, o secretário esteve com líderes de Jordânia, Chipre, Autoridade Palestina e Iraque. No último caso, Blinken disse que instou o primeiro-ministro iraquiano, Mohamed Shia, a responsabilizar os autores pelos ataques a militares dos EUA no Iraque.

ZI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 03.772.677/0001-36 - NIRE 33.300.265.066

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2023 - 1. Data, Hora e Local: Em 06 de outubro de 2023, às 10hs, na sede social da Companhia. **2. Presença e Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, diante da presença da totalidade dos acionistas, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** João Pedro Backheuser, Presidente; Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro, Secretária. **4. Deliberações e Ordem do Dia:** As seguintes deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes, sem qualquer restrição ou ressalva: **1.1.** Alterar o § 4º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, para o fim de estabelecer que as deliberações relativas às matérias ali listadas dependerão do voto de acionistas representantes de, pelo menos, 70% (setenta por cento) do capital votante da Companhia, reunidos ou não em assembleia, passando o referido § 4º do artigo 8º a vigorar com a redação constante da consolidação do Estatuto Social adiante aprovada. **1.2.** Aprovar a criação da Área de Governança e Integridade da Companhia, com a inclusão das regras aplicáveis ao seu funcionamento e atribuições no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia, passando o referido capítulo a vigorar com a redação constante da consolidação do Estatuto Social adiante aprovada. **1.3.** Consolidar o Estatuto Social de forma a refletir as alterações ora aprovadas, que passa a vigorar com a redação constante do Doc. 02 autenticado e rubricado pela mesa. **1.4.** Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. **6. Assinaturas**: Presidente: João Pedro Backheuser; Secretária: Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro. Acionistas: João Pedro Backheuser, Anna Maria Lessa Backheuser, Ricardo Pernambuco Backheuser Junior e Eduardo Backheuser. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2023. **ESTATUTO SOCIAL DA ZI PARTICIPAÇÕES S.A.: CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º -** A Zi Participações S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável. **Artigo 2º -** A Companhia terá sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, podendo criar ou extinguir filiais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 524.933.000,00, dividido em 302.791.260 ações, sendo 100.930.420 ações ordinárias e 201.860.840 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º -** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º -** Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias. **§ 3º -** Nas hipóteses em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 6º -** As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia. **§ 1º -** As ações preferenciais participarão do rateio de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias. **§ 2º -** As ações preferenciais serão conversíveis em igual número de ações ordinárias, a qualquer tempo, mediante simples aviso escrito pelo respectivo titular à Companhia. **§ 3º -** Na hipótese de emissão de ações preferenciais com prioridade no recebimento de dividendos, fixos ou mínimos, tais ações preferenciais apenas adquirirão o exercício do direito de voto se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o restabelecimento do pagamento. **§ 4º -** Dependerá de prévia aprovação, por maioria, em assembleia especial dos titulares de ações preferenciais, na forma do artigo 18 da Lei nº 6.404/76, a alteração deste Estatuto Social que implique em e/ou decorra dos seguintes atos: (i) mudança do objeto da Companhia; (ii) criação de novas classes de ações preferenciais; (iii) emissão de ações preferenciais sem direito de preferência de subscrição para os acionistas então titulares de ações preferenciais; (iv) modificação dos direitos e vantagens das ações preferenciais existentes, incluindo, no que se refere à conversibilidade de ações preferenciais em ações ordinárias; (v) emissão ou resgate de ações preferenciais que resulte na quebra da proporção existente entre ações ordinárias e ações preferenciais, exceto se decorrente da conversão de ações preferenciais em ordinárias; e/ou (vi) operações de cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia. **CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO: Artigo 7º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto. **§ 1º -** Findo o prazo da gestão, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **§ 2º-** Os membros da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **§ 3º -** A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, individualmente ou em verba global e anual, sendo, nesse caso, distribuída internamente pela Diretoria. **Artigo 8º -** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios da Companhia, de acordo com as suas atribuições e sujeito ao disposto na lei, neste Estatuto e nos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. **§ 1º -** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 e, no máximo, 04 membros, designados diretores sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com as atribuições estabelecidas neste Estatuto. **§ 2º -** O mandato dos Diretores será de 03 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato automaticamente prorrogado até a eleição dos respectivos substitutos. **§ 3º -** A Diretoria se reunirá com a presença da maioria de seus membros, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, preferencialmente na sede social, e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos e lavradas em livro próprio. **§ 4º** – Dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, de acionistas representando 70% do capital votante da Companhia, reunidos ou não em assembleia geral, a prática pela Sociedade ou a autorização da prática por sociedade direta ou indiretamente controlada, dos atos mencionados neste parágrafo: **(i)** aprovar a eleição ou destituição de Diretores de sociedades direta ou indiretamente controladas, e fixar-lhes as atribuições; **(ii)** aprovar a prestação de garantias, reais ou pessoais, pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas; **(iii)** definir a orientação comum de voto a ser manifestada pelos Diretores da Companhia, ou de suas controladas, conforme o caso, em qualquer assembleia ou reunião de sócios de sociedade de que participe, direta ou indiretamente, ou a ser seguida pelos conselheiros indicados pela Companhia nas reuniões do Conselho de Administração, ou de suas controladas, se existentes, ou, ainda, autorizar os Diretores e/ou conselheiros indicados pela Companhia, conforme o caso, a autorizarem a prática por sociedades direta ou indiretamente controladas de qualquer ato que dependa de aprovação de acionistas ou de membros do Conselho de Administração; **(iv)** aprovar a aquisição, alienação ou oneração pela Companhia, ou por suas controladas, de bens integrantes do ativo permanente (inclusive bens móveis ou imóveis), cujo valor, isoladamente ou no conjunto de operações realizadas em qualquer período de 12 meses, seja igual ou superior ao equivalente em Reais a US$ 2.000.000,00, exceto no caso de caução ou garantia exigida da Companhia ou qualquer de suas controladas pelo Poder Concedente, performance bond, down payment e desconto de duplicatas, cuja prática não depende de prévia aprovação; **(v)** aprovar a alienação ou oneração, inclusive mediante licenciamento, a qualquer título, de bens objeto de propriedade intelectual e/ou outros ativos intangíveis pertencentes à Companhia ou a qualquer de suas controladas; **(vi)** aprovar a não distribuição de lucros ou distribuição, por qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia, em desacordo com a política de dividendos da Companhia e/ou da respectiva sociedade por ela direta ou indiretamente controlada; **(vii)** aprovar a alteração de qualquer disposição do Estatuto Social de sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia, inclusive mudança de objeto, aumento de capital social; **(viii)** abertura de capital de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia; **(ix)** aprovar a contratação pela Companhia, de empréstimos, financiamentos ou outras operações análogas, de qualquer natureza, cujo valor, isoladamente ou no conjunto de operações realizadas em qualquer período de 12 meses, faça com que o endividamento acumulado da Companhia exceda a 5% do patrimônio líquido da Companhia, conforme último balanço então aprovado, exceto no caso de caução ou garantia exigida da Companhia ou qualquer de suas controladas pelo Poder Concedente, performance bond, down payment e desconto de duplicatas, cuja prática não depende de prévia aprovação; **(x)** aprovar a contratação por qualquer das controladas, diretas ou indiretas da Companhia, de empréstimos, financiamentos ou outras operações análogas, de qualquer natureza, cujo valor, isoladamente ou no conjunto de operações realizadas em qualquer período de 12 meses, faça com que o endividamento acumulado de qualquer das controladas da Companhia exceda a 20% do patrimônio líquido das controladas da Companhia, conforme último balanço então aprovado, exceto no caso de caução ou garantia exigida da Companhia ou qualquer de suas controladas pelo Poder Concedente, performance bond, down payment e desconto de duplicatas, cuja prática não depende de prévia aprovação; **(xi)** aprovar a emissão, por qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia, de partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros valores mobiliários, conversíveis ou não, opções de compra de ações e/ou de qualquer outro título conversível em ações ou que outorgue direito à participação nos lucros, bem como a contratação de qualquer negócio que possa produzir efeitos semelhantes; **(xii)** aprovar a participação de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia em operações de incorporação, cisão, fusão, transformação de tipo societário ou outra forma de reorganização societária; **(xiii)** aprovar as demonstrações financeiras de sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia; **(xiv)** aprovar a política salarial e de participação nos lucros de funcionários e/ou administradores de qualquer controlada direta ou indireta da Companhia, bem como aprovar qualquer exceção a tais políticas; **(xv)** aprovar a liquidação, dissolução, reorganização, judicial ou extrajudicial, e/ou pedido de falência da Companhia e/ou aprovação de qualquer desses atos por sociedade direta ou indiretamente controlada; **(xvi)** aprovar a alienação, caução ou oneração, ou aprovação da alienação, caução ou da oneração, no caso de suas controladas, diretas ou indiretas, de ações ou participações societárias detidas pela Companhia ou por qualquer de suas controladas; e **(xvii)** nomear os auditores independentes da Companhia e de suas controladas. **§ 5º -** Os Diretores da Companhia somente poderão celebrar, ou autorizar a prática, no caso de sociedade direta ou indiretamente controlada, acordos ou negócios com partes relacionadas (assim consideradas aquelas definidas como tal pela legislação do imposto de renda), mediante expressa aprovação, por escrito, dos acionistas representando 90% das ações com direito a voto, reunidos ou não em assembleia. **Artigo 9º -** Todos os atos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia, ser praticados por escrito, mediante documentos assinados: **(i)** por 02 Diretores em conjunto; ou **(ii)** por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos; ou **(iii)** por 02 procuradores com poderes especiais e específicos. **Artigo 10º -** As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas conjuntamente por 02 Diretores, devendo conter descrição pormenorizada dos poderes outorgados e terão prazo determinado de duração, limitado a 01 ano, exceto as procurações para patrocínio dos interesses da Companhia, administrativa ou judicialmente, que poderão ser por prazo indeterminado. **Artigo 11º -** Respeitado o disposto no Artigo 9º, a Companhia poderá ser representada por 01 Diretor ou por 01 procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente, nas seguintes circunstâncias: **(i)** em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; **(ii)** na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; **(iii)** na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; **(iv)** no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; **(v)** na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de sociedades em que tenha participação acionária; **(vi)** na representação da Companhia em juízo; e **(vii)** excepcionalmente, em qualquer outro ato, desde que haja autorização expressa da Diretoria, mediante ata de reunião assinada por todos os Diretores. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 12º -** A Assembleia Geral, com as suas funções e atribuições previstas em lei e pelo presente estatuto, reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º -** A Assembleia Geral, convocada nos termos da lei e deste Estatuto, será presidida por um representante dos acionistas ou por outra pessoa que seja escolhida pelos acionistas presentes, sendo o secretário designado pelo Presidente da Assembleia. **§ 2º -** Será dispensada convocação prévia para aquelas Assembleias às quais comparecerem todos os acionistas. **§ 3º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **§ 4º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados na sede social, com 2 (dois) dias de antecedência da data marcada para a Assembleia Geral. **CAPÍTULO V - ÁREA DE GOVERNANÇA E INTEGRIDADE: Artigo 13º -** A Área de Governança e Integridade, composta por um Compliance Officer, eleito e destituível pelos acionistas, e por uma equipe de profissionais capacitados e habilitados a desenvolverem seus trabalhos, deve zelar pela implantação e constante aprimoramento do Programa de Integridade. **§ Único** - De modo a assegurar o resultado de seus trabalhos, a Área de Governança e Integridade foi criada como uma estrutura independente, traduzindo-se essa independência nos seguintes aspectos: **(i)** Reporta-se diretamente aos acionistas, não estando subordinada a empregado ou diretor da Companhia; **(ii)** é dotada da autonomia e responsabilidade necessárias para o concreto desempenho das suas funções; **(iii)** tem acesso a todos os colaboradores da Companhia, devendo obter destes a necessária cooperação, bem como a quaisquer registros, informações e documentos que se mostrem necessários para o desenvolvimento das suas atividades; e **(iv)** é competente para investigar denúncias de não conformidades legais ou infrações ao Programa de Integridade, bem como centralizar as informações e reportar as autoridades competentes, em caso de necessidade. **CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL: Artigo 14º -** O Conselho Fiscal, com as funções fixadas em lei, será composto de 03 ou 05 membros efetivos e 03 ou 05 suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1º-** O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que sua instalação for solicitada por acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente. **§ 2º** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 3º -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **CAPÍTULO VII – ACORDOS DE ACIONISTAS: Artigo 15º -** Os acordos de acionistas registrados na sede da Companhia que estabeleçam cláusulas e condições em caso de alienação de ações de sua emissão, disciplinem o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela sua administração. **CAPÍTULO VIII – EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS: Artigo 16º -** O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas pela Diretoria, as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 17º -** Do lucro líquido do exercício, 05% serão destinados à reserva legal até que atingidos os limites legais. Do saldo: (a) 25% serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) até 75% poderão ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar. **§ 1º -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores ou à conta da reserva de investimentos acima referida, sendo facultado à Diretoria declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais. **§ 2º -** Os dividendos poderão ser pagos em moeda corrente ou bens e no prazo de lei. **§ 3º -** A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e nos limites da legislação aplicável. **§ 4º -** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório. **CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO: Artigo 18º -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação dos acionistas ou nos demais casos previstos em lei. **§ 1º -** Caberá à Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§ 2º -** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação. Jucerja nº 5745447 em 17/10/2023.